

COGNITIO INTUITIVA: UM ENSAIO COMPARATIVO DA TEORIA DA COGNIÇÃO DE THOMAS REID E GUILHERME DE OCKHAM

Márcio Paulo Cenci¹

Resumo: O objetivo deste ensaio especulativo é investigar uma possível aproximação quanto à cognição perceptual direta ou *cognitio intuitiva* em Thomas Reid e Guilherme de Ockham. Faz-se isso para detectar se a semelhança é meramente terminológica ou é substancial. A estrutura argumentativa geral apresenta, na primeira parte, a posição de Reid acerca da Percepção, principalmente a partir do *EIP*, E. II, c. V. Apresentando algumas conclusões preliminares (TR). A segunda parte será apresentação da posição de Ockham, principalmente a partir do *Prólogo* da *Ordinatio*, q. 1., onde trata das diferenças entre conhecimento intuitivo e abstrativo, também apresentando algumas conclusões preliminares (O). E no final pretende-se, a partir das conclusões preliminares checar se há semelhanças ou não e quais as potencialidades desses resultados para testar a semelhança desses conceitos.

Palavras-chave: Cognição Intuitiva. Percepção. Ockham. Reid.

Abstract: The purpose of the present speculative essay is to investigate a possible approximation about the direct perceptual cognition or *cognitio intuitiva* in Thomas Reid and William of Ockham. So, it is necessary to detect if that similarity is terminological or substantial. The general argumentative structure is first to present the Reid's position about perception, mainly, from *EIP*, E. II, c. V, following, some preliminary conclusions (TR). In the second part, it is to present Ockham's position from the *Prólogo* of *Ordinatio*, q. 1, where it takes in account the differences between intuitive cognition and abstractive cognition, also it follows some preliminary conclusions (O). At the end, from the both preliminary conclusions, it is to check if there are similarities or not and what are the potentialities of that results to test the family resemblance of this concepts.

Keywords: Intuitive Cognition. Perception. Ockham. Reid.

Introdução

Thomas Reid não pode ser considerado um filósofo que assume uma posição em acordo completo com os Escolásticos e seus antecessores em geral. Isso se nota em sua afirmação no *Essays on the Intellectual Powers of Man*² - *EIP*. II, c. VII - de que "(...) todos os Filósofos, desde PLATÃO até o Sr. HUME, concordam nisso, que não percebemos os objetos exteriores imediatamente e que o objeto imediato da percepção deve ser alguma imagem presente à mente." No caso dos Escolásticos, sua investida fica evidente em diversos momentos quando critica os métodos e teorias como fundamentalmente representacionistas. Ele afirma: "Eu sei que ARISTÓTELES e os escolásticos

¹ Doutorando /PUCRS

² Cf. Thomas Reid. *Essays on the Intellectual Powers of Man: A Critical Edition*, ed. by Derek R. Brookes and Knud Haakonssen, The Edinburgh edition of Thomas Reid edn. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002. Doravante: *EIP*. Todas as traduções do *EIP* são de Roberto Hofmeister Pich, a quem agradeço a disponibilização da tradução.

ensinaram que as imagens ou as espécies fluem a partir dos objetos e são admitidas pelas sentidos, e fazem impressão na mente.”³ A teoria que essa crítica de Reid se volta é a teoria da cognição representacionista da Escolástica. Nesse tipo de perspectiva, o principal problema enfrentado pelos teóricos era criar uma teoria sistemática e harmoniosa que desse conta de explicar como entidades animadas como os animais (humanos ou não) processam as informações acerca do mundo ao seu redor⁴. Tal teoria implicava na distinção entre a *entidade cognoscente* e a coisa passível de conhecimento – *coisa cognoscível*. Tomás de Aquino, na *Suma Teológica*, apresenta o critério de distinção deste modo: “(...) o não conhecido não possui nada além da sua forma; mas a entidade cognoscente, por sua natureza, é adequada para tomar a forma das outras coisas, tanto que a espécie da coisa conhecida está na entidade cognoscente”⁵. Como pressuposto geral de uma teoria representacionista, está posto que a entidade cognoscente pode captar (*habere*) a forma da coisa conhecida. Tal forma chama-se espécie. Por conseguinte, “toda cognição se dá mediante a espécie por alguma coisa conhecida na entidade cognoscente” e segue-se disso “naturalmente que algo que sentimos ou inteligimos no ato, porque o nosso intelecto ou o sentido é informado em ato mediante as espécies sensíveis ou inteligíveis”⁶. Para conhecer algo é necessário que a entidade cognoscente tenha a forma da coisa conhecida, ou seja, que “a espécie da coisa conhecida esteja na entidade cognoscente”. Portanto, esse critério implica na necessidade de espécies como condição necessária e suficiente para o conhecimento. Essa teoria da cognição é representacionista, justamente no sentido de que a representação mental e o objeto de conhecimento possuem uma forma comum acessível pela entidade cognoscente.⁷

Entretanto, a crítica geral à Escolástica de Reid está referenciada em seu tempo e não pode ser considerada como um juízo definitivo sobre as teorias da cognição medievais. Pois, se consideradas as teorias da cognição não tradicionais, ou seja, as que tiveram menor recepção, talvez a posição de que todos os escolásticos eram representacionistas devesse ser refutada. Para averiguar esse ponto, tomamos como *leit motiv* a afirmação hipotética de Pasnau de que “(...) se ou Olivi, ou Ockham, tivessem sido figuras mais respeitadas, então a história da filosofia da mente teria sido diferente”⁸ E, além disso, quando Pich trata do tema da concepção perceptual: “Acredito, ademais, que esse sentido

³ Pode-se por exemplo conferir em *EIP*, Ensaio (dr. ‘E’). II. Capítulo (dr. ‘c’). XIV. Ainda sobre a doutrina das formas EIP, E. II. . c. VIII e acerca da inutilidade dos debates na escolástica, c. IX; Locke e os Escolásticos, c. X.

⁴ Cf: Robert Pasnau, *Theories of cognition in the later Middle Ages* Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

⁵ No original: “(...) quia non cognoscentia nihil habent nisi formam suam tantum; sed cognoscens natum est habere formam etiam rei alterius, nam species cogniti est in cognoscente.” ST, I^a q. 14 a. 1 co.

⁶ No original: “Omnis cognitio est per speciem aliquam cogniti in cognoscente”. *Super Sent., lib. 1 d. 36 q. 2 a.*

³ s. c. 1) In: <http://www.corpusthomisticum.org/snp1035.html>; “Ex hoc enim aliquid in actu sentimus vel intelligimus, quod intellectus noster vel sensus informatur in actu per speciem sensibilis vel intelligibilis.” I^a q. 14 a. 2 co., In: <http://www.corpusthomisticum.org/sth1003.html>

⁷ cf. Elizabeth Karger, Ockham’s Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 204-226.

⁸ No original: “(...) if either Olivi or Ockham had been more respectable figures, then the history of philosophy of mind would have gone differently”. Robert Pasnau, *Theories of cognition in the later Middle Ages* Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 291.

é coerente com o sentido de “apreensão simples” na tradição antecessora a Reid, mesmo a escolástica, onde a operação mental respectiva tinha sentido “conceitual” pré-judicativo.”⁹ Na *Nota B* de Sir William Hamilton, ao *vol. II.*, de (REID, 1858)¹⁰ ao tratar dos conhecimento presentativo e representativo, mostra algumas, segundo ele, imprecisões de Reid e dos modernos em definir os termos imediato e mediato. O que nos interessa nessa última referência é que Hamilton reconhece que entre os Escolásticos havia distinções paralelas às utilizadas por Reid entre a *cognitivo intuitiva* e *abstractiva* ou *Visionis et Simplicis Intelligentiae*. Essas distinções, segundo ele, remontariam o século XII com Santo Anselmo e Hugo de São Vitor, e aos árabes como Averróis; ele cita, por fim, a Duns Scotus por assumir uma posição não representacionista, para se manter coerente com a expressão de São Paulo (I Cor 13, 12), ‘facie ad faciem’ quanto à possibilidade da visão de Deus. Aqui há alguns indícios que a opinião de Reid não pode ser generalizada e que se pode demarcar possíveis similaridades de Reid com alguns dos Escolásticos. Assim temos uma direção, embora de difícil tratamento e do tamanho de um *iceberg*, em que há ideias que na superfície parecem se conectar, mas se deve averiguar o seu conteúdo e a que se referem para provar as semelhanças na tentativa de demarcar a área que está submersa a partir do que está visível. Ockham somente é indicado por Pasnau (*supra*), mas é o que desenvolve de modo claro e explícito uma teoria não representacionista na elaboração da possibilidade de uma *cognitio intuitiva*. Por isso, ele foi eleito como interlocutor.

O objetivo é apresentar um ensaio de cunho especulativo e ainda que incompleto de comparação do desempenho da percepção nas teorias de Thomas Reid e Guilherme de Ockham. A estrutura geral visa apresentar a posição de Reid acerca da Percepção, principalmente a partir do *EIP*, *II*, *cap. V*. Apresentando algumas conclusões preliminares. A segunda parte será apresentação da posição de Ockham, principalmente a partir do *Prólogo* da *Ordinatio*, *q. 1.*, onde trata das diferenças entre conhecimento intuitivo e abstrativo, também apresentando algumas conclusões preliminares. E no final pretende-se, a partir das conclusões checar se há semelhanças ou não e quais as potencialidades desses resultados para testar a familiaridade dos conceitos.

Elementos constituintes da percepção em Reid

A percepção¹¹ envolve sempre uma *concepção* e uma *crença* em relação à presença de um objeto exterior. Nisso concorda Copenhaver (2010) ao sustentar que em Reid a percepção está fundada

⁹ Cf. Roberto Hofmeister Pich, Thomas Reid sobre a concepção: percepção e relação mente-mundo exterior, *Veritas*, Ago/Mai a2010, p. 155.

¹⁰ Cf. William Hamilton. Note B - of presentative and representative Knowledge. in Thomas Reid, *The Works of Thomas Reid*, ed. by Sir William Hamilton and Dugald Stewart, Now Fully Collected, with Selections from His Unpublished Letters, 5th edn. Edinburgh: Maclachlan and Stewart, 1858, p. 804-816.

¹¹ O início do capítulo *V*, *E. I*, *Sobre a percepção*, consta: “Ao falar das impressões feitas nos nossos órgãos na percepção” (Cf. *EIP*, *E. II*, *c. V.*), a preposição “na” que indica um lugar onde algo ocorre, dá entender que se trata de um *locus*, um campo de ações em que as impressões sensoriais encontram lugar. Mas, elas não ocorrem como se fosse uma extensão corporal, pois Reid deixa claro no início do *EIP* que faz a distinção entre os

em uma desenvolvida e profícua relação entre mente e mundo.¹² Logo no *E. I, c. I*, no *Ensaio Preliminar*, no ponto sobre a explicação do uso das palavras, Reid aponta para três características do uso do termo “percepção”:

- (r₁) uma convicção da percepção de coisas existentes;
- (r₂) que a percepção sempre é aplicada a objetos exteriores e,
- (r₃) que o objeto é percebido como uma coisa presente.

No *E. II, c. V*, o resultado é um relato com três componentes do *ato mental de percepção de um objeto exterior*.

- (R₁) “alguma concepção ou noção do objeto percebido.”; (cf. r₂);
- (R₂) “uma forte e irresistível convicção e crença da sua existência presente.” (cf. r₁ e r₃);
- (R₃) “convicção e crença são imediatas, e não o efeito de raciocínio.”.

Esses componentes não são cláusulas regulativas, mas elementos [*things*] que *necessariamente e assim ordenados* acompanham a operação de percepção dos objetos exteriores. Daí que o primeiro elemento (R₁) é a condição da percepção, a saber, enquanto é uma concepção de um objeto percebido¹³, e pelo (r₂), é uma qualidade percebida de um objeto exterior.¹⁴ Tem-se que:

‘sistemas inteiro dos corpos’ e o ‘sistema inteiro da mente’. Ora, Reid indica que ‘impressão’ no uso cotidiano da linguagem é uma ação “(...)feita na mente sempre implica alguma mudança de propósito ou vontade” e “ (...) no sentido mais extenso, uma impressão é uma mudança produzida em algum sujeito passivo pela operação de uma causa externa” (EIP, E. I, c. I. §11, p. 35). Em outros termos, esse tipo de análise em que o testemunho da ação é um dado dos sentidos é de cunho quase anatômico e fisiológico. As impressões são os indícios de algo distinto dos sentidos, portanto exterior, que pode agir sobre eles. Esse argumento inicial é importante justamente porque ele, no *E. II, Cap. V.*, não restringe sua análise da percepção como um receptáculo de impressões, mas ele se propõe a tratar dessa fonte doxástica como tal, a saber, “unicamente um ato da mente”. Ora, se as impressões eram o indício da ação causal do exterior e se a consciência é a fonte das operações da mente, então, a única fonte dos atos próprios da mente é a consciência (por ela é que se sabe que sabe). Cf. EIP, E. I, c.1, p. 22ss: A consciência é a operação em que a mente volta-se para seus próprios objetos, a saber, conhece a si mesma. Para informações acerca de pontos controversos da análise da consciência, cf. Yaffe, Gideon. Thomas Reid on Consciousness and Attention, *Canadian Journal of Philosophy*, Jun. 2009, pp. 165-94. E, Copenhaver, Rebecca. Reid on Consciousness: Hop, Hot or for?, *The Philosophical Quarterly*, October 2007, pp. 613-34. E isso é confirmado pelo ‘hábito de atenção e reflexão’ voltado às operações enquanto elas ocorram na mente. Entretanto, o método de Reid o impede de reduzir uma fonte doxástica a outra, por conseguinte, se a consciência oferece algum tipo de crença, não será do mesmo tipo que da percepção. Cf. EIP, E.I. c. V. “Sobre os meios próprios de conhecer as operações da mente”.

¹² cf. Rebecca Copenhaver, Thomas Reid on Acquired Perception, *Pacific Philosophical Quarterly* September 2010, Set. 2010, pp. 285-312.

¹³ E. II, c. XVII: "Os objetos da percepção são as várias qualidades dos corpos." E EIP, E. II, c. XVIII "Além das qualidades primárias e secundárias dos corpos, existem muitos outros objetos imediatos da percepção. Sem ter a pretensão de uma enumeração completa, penso que eles em sua maioria caem sob uma ou outras das seguintes classes. *Primeiramente*, certos estados ou certas condições dos nossos próprios corpos. *Em segundo lugar*, poderes mecânicos ou forças. *Em terceiro lugar*, poderes químicos. *Em quarto lugar*, poderes ou virtudes medicinais. *Em quinto lugar*, poderes vegetais e animais."

¹⁴ Cf. a crítica ao uso da palavra percepção por Hume. EIP, E. I. c. I, § 6. P. 23-24.

(TR₁) *Se S percebe b, então S tem uma concepção de b; e, se S concebe z, não necessariamente tem uma percepção de z.*

Daí a concepção necessariamente acompanha toda a percepção. Entretanto essa concepção não é estática quanto à qualidade da percepção e nem tem de ser respectivo somente a uma percepção. Quando se percebe um objeto, a noção acarreta em um grau de clareza maior do que quando o objeto é somente lembrado ou imaginado. A qualidade da concepção se dá em graus de “maior ou menor clareza e firmeza”, ou com “maior ou menor clareza” e “maior ou menor distinção”. Reid indica que na percepção, a noção do objeto exterior é mais clara e distinta da gerada por outras fontes como a imaginação e a memória. Isso de fato não implica na correção de uma ou outra fonte. Pois o objeto percebido não é critério de correção aplicável ao objeto percebido no passado. Quando percepção e memória ocorrem à mente são fontes doxásticas distintas e de desempenhos típicos distintos. Pois, a memória é um ato respectivo a um objeto que foi percebido em um tempo passado, a saber, necessariamente é uma crença de algo passado.¹⁵ A relação de distinção fica mais clara com o TR₂ abaixo.

A gradação das qualidades não é o caso somente em relação à desempenhos distintos, mas pode ser facilmente detectada relativa à própria percepção: “Todavia, mesmo na percepção, a noção que os nossos sentidos dão do objeto pode ser mais ou menos clara, mais ou menos distinta, em todos os graus possíveis.”¹⁶ A percepção não tem um funcionamento fixo quanto aos objetos. Ela também se dá em uma gradação que varia em dependência de condições ambientais, de condições orgânicas e da própria mente. Reid cita o caso do homem e da criança que veem o mesmo objeto, um espeto para carne, e cada um tem noções distintas em graus, de modo que o homem maduro percebe o objeto em certa totalidade de noções que as deriva de “outros poderes da mente”, pois ele “entende a sua construção e percebe a relação das partes umas com as outras e com o todo”. A criança somente tem a noção oferecida pela percepção visual. Entretanto, ambos têm uma percepção de um objeto exterior.

Se a descrição em TR₁ está correta, então ‘perceber algo exterior’ é um desempenho constitutivo da percepção humana. Se TR₁ é o caso, a saber, a percepção se dá “em qualquer grau clara e firme”, então o objeto percebido tem de existir. Agora, como Reid relaciona a existência do objeto com sua presencialidade? Daí, há (R₂) “*uma forte e irresistível convicção e crença da sua existência presente.*” (cf. r₁ e r₃). Reid acrescenta esse elemento de distinção em que o objeto percebido tem de estar presente à mente:

¹⁵ Sobre a memória, cf. o E. III, Sobre a Memória. Aí Reid mostra que o desempenho da memória pode ter uma posterioridade lógico-epistêmica com respeito a outras operações. Obviamente: além da coisa passada, da duração, a memória envolve uma certa pluralidade de convicções, tai como o eu, sujeito do ato mnemônico, ter de existir no passado. Que mostra como o problema da identidade pessoal estaria imbricado na memória. Pois a identidade pessoal se sustenta na convicção de que eu que existia no passado sou o mesmo do eu que existe agora.

¹⁶ Cf. *EIP, E. II, c. V.*, p. 97.

(TR₂) *S* percebe *b* no tempo₁ e na posição_β *sse b* necessariamente está presente no tempo₁ e na posição_β para a mente *S*.

De fato, um objeto pode existir, alguém estar convicto de sua existência e ele não estar presente como é possível nos desempenhos da memória e do testemunho. Essas fontes são confiáveis e em graus mais elevados de seu desempenho elas não erram, por isso, também fazem com que não desconfiemos da existência do objeto, embora não afirmem a presença do objeto. Há na percepção “uma forte e irresistível convicção e crença de sua existência presente”. Primeiro, se há uma convicção, já há uma indicação de alto grau de clareza e distinção. A *força* e a *irrestibilidade* dessa convicção não são condições lógicas, mas descrições de desempenhos epistêmicos que mostram a crença perceptual alcança certeza no mais alto grau. Pois os sentidos operam para objetos exteriores que têm de ser dados ao mesmo tempo e local do desempenho dos sentidos, daí não poder ser o caso em que se percebe um objeto *a*, pelo sentido da visão, e este objeto não existir presentemente. Em outros termos, é impossível perceber um objeto exterior e duvidar que ele esteja sob este agora e neste local determinado. Se fosse o caso de duvidar em qualquer caso e necessariamente, então, de fato ele não poderia ser um objeto de percepção.

O objeto presente é percebido imediatamente. Daí (*R*₃) há a “*convicção e crença são imediatas, e não o efeito de raciocínio*.” Este é o elemento novo que a meu ver não foi insinuado no capítulo de explicação das palavras.¹⁷ A ideia chave nesse ponto é *imediaticidade*. Além disso, conforme Buras, não há interesse em afirmar uma imediaticidade absoluta entre os estados mentais (como crença e concepção) e os objetos. De fato, o realismo direto está muito mais interessado em determinar uma imediaticidade qualificada.¹⁸ O realismo direto nega somente a admissão de algum tipo de objetos (como os de pensamento), distintos dos objetos exteriores, como condição necessária para a percepção¹⁹, tal como uma teria representacionista em uma tradição escolástica (*supra*). Em que consiste essa *imediaticidade* e em que sentido ela é usada aqui por Reid?

A palavra *imediato* como tal é ambígua. (i) ela tem o sentido de ‘sem mediação’, em dada uma passagem de uma situação para outra, será imediata sem que haja outros elementos envolvidos; (ii) *imediato* significa instantâneo ou quase instantâneo, em outros termos, ‘ao mesmo tempo que’ ou ‘tão logo que’ *x* ocorre, *y* também ocorre. Buras detecta que a ambiguidade do termo *imediato* logo no início de seu *paper* estipulando que imediaticidade é um problema para a relação operações da mente

¹⁷ Cf. *E. I, c. I.*, p. 22-23.

¹⁸ Cf. Todd. Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, pp. 604-5.

¹⁹ “The direct realist denies only that objects of one sort are necessary conditions of perception, namely objects of thought distinct from the external objects of perception.” Todd. Buras, 'Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions', *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, pp. 604.

e objetos exteriores tanto para os realistas (quanto aos objetos da percepção) e aos idealistas.²⁰ A proposta que ele percorre mostra que os estados mentais e os objetos corporais em Reid dependem da colocação mais precisa da imediaticidade.²¹ Ele defende que a imediaticidade é melhor capturada pela *tese do não intermediário*.²² Ele sustenta que uma “(...) relação é imediata quando a existência de um objeto distinto a partir dos *relata* não é uma condição necessária para a relação de obtenção”.²³ A cláusula (que toma-se de Buras como TR₃) de tal *tese do não intermediário* é :

(TR₃) *S* percebe imediatamente *b* sse *S* percebe *b*, e não é o caso que se *S* percebe *b*, então há um *x* distinto de *S* e *b* que é o objeto de pensamento para *S*.²⁴

Daí se segue que o elemento intermediário (*x*) não é uma condição suficiente e necessária para a relação perceptual entre a mente e os objetos exteriores. Mas esse (*x*) pode ser uma condição suficiente e isso não é negado pela cláusula. Buras (2008) comenta em nota que existir ou não (*x*) como condição suficiente exige que a percepção pode ser entendida sem a necessidade desse intermediário.²⁵ Entretanto, essa é uma posição tênue de Realismo Direto. Pois, em uma formulação forte, pode-se afirmar que se um intermediário pode ser o caso na relação perceptual, então, a percepção (de objetos exteriores) como tal não terá lugar.²⁶ De fato, a leitura de Reid não parece excluir essa possibilidade de análise lógica, mas tende a um procedimento mais natural ao uso da razão.²⁷ No texto de Reid, ao menos, fica clara uma posição mais tênue. Diz: “(...) não pedimos nenhum argumento para a existência do objeto, mas [alegamos] que o percebemos; a percepção comanda a nossa crença em sua própria autoridade e desdenha de repousar a sua autoridade sobre

²⁰ Cf. Todd Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, pp. 603-32. §1.

²¹ Cf. Todd. Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, p. 604.

²² “The no intermediary thesis treats immediacy as a feature of relations which roughly parallels the intrinsicness of properties.” Todd. Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, p. 604.

²³ “(...) relation is immediate when the existence of an object distinct from the *relata* is not a necessary condition of the relation obtaining.” Todd. Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, p. 604.

²⁴“(...) *a* immediately perceives *b* iff *a* perceives *b*, and it is not the case that if *a* perceives *b*, then there is an *x* distinct from *a* and *b* which is an object of thought for *a*.” Todd. Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, p. 604-5.

²⁵ Esse ponto é realmente muito semelhante com a argumentação de Scotus e sua refutação à teoria da Iluminação de Henrique de Gand.

²⁶ “Strictly speaking, we do not perceive external objects. To perceive something requires having immediate apprehension of it – that is, apprehension not mediated by a representation of the object in the way that a mirror or photographic image of an object represents it. In what the vulgar call “perception” we have immediate apprehension only of the reflective, imagistic representations of those objects in mind or brain, not of the external objects themselves.” Nicholas Wolterstorff, *Thomas Reid and the story of epistemology*. Cambridge UK: Cambridge University, c2001, p. 46.

²⁷ “Nenhum homem pensa em procurar uma razão para crer no que ele vê; e antes que sejamos capazes de raciocinar, não depositamos menos confiança em nossos sentidos do que depois [que sejamos capazes de fazê-lo]. O mais rude selvagem está tão plenamente convencido do que vê, ouve e sente quanto o mais perito dos lógicos.” *EIP. E II, cap. V*. p. 100.

qualquer raciocínio, seja de que tipo for.”²⁸ Além disso, ele descreve esse elemento da percepção como por uma proposição conjuntiva do tipo $(p \wedge q)$. Sendo p : ‘a convicção e crença são imediatas’; q : ‘a convicção e crença não são o efeito de raciocínio’, para ser uma conjunção verdadeira, é necessário que p e q sejam verdadeiras.²⁹ Ora, a porta está aberta para uma interpretação mais forte como a de Wolterstorff (2001). Além disso, é necessário acrescentar aqui a argumentação de Reid refuta a Teoria Comum das Ideias, e isso conta a favor de uma posição forte. Todavia, a bibliografia especializada mostra que este é um ponto realmente controverso e que implica na interpretação exata do que Reid acerca de (r_3) , poderá classificá-lo ou não como um realista direto na percepção.

Conclusão preliminar I

Dado que quando ocorre uma percepção:

TR₁) S percebe b sse S tem uma concepção de b; e, se S concebe z, não necessariamente tem uma percepção de z;

TR₂) Se S percebe (por TR₁) b, b necessariamente está presente no tempo_t e na posição_β para a mente S;

TR₃) S percebe imediatamente b sse S percebe b, e não é o caso que se S percebe b, então há um x distinto de S e b que é o objeto de pensamento para S;

não se dão sob algum tipo de implicação lógica, mas por um ordenamento natural à constituição de nosso aparato cognitivo, então, é necessário que a percepção de algo existente presentemente seja o caso. Reid chama seu relato de em “um delineamento fiel do que todo homem chegado aos anos de entendimento, e capaz de dar atenção ao que se passa na própria mente, pode notar em si mesmo.” Portanto, os três elementos são condições epistêmicas que descrevem o desempenho da percepção, e não se pode relatá-los a não ser nessa ordem.

A teoria da percepção de Ockham – Conhecimento intuitivo

Ockham não possui um tratado completo sobre a teoria da percepção, mas ela aparece em seu relato sobre a teoria do conhecimento evidente. Esse tópico é central na lógica, semântica e psicologia

²⁸ *EIP. E II, cap. V. p. 99.*

²⁹ Entretanto, em outro relato, *imediaticidade* poderia ser de tipo inferencial. Pois, p poderia ser verdadeira independente de q . Como Reid acrescenta q , reforça justamente a descrição de uma imediaticidade como não-inferencial.

de Ockham.³⁰ Em linhas gerais, essa teoria está no contexto da recepção medieval da teoria da ciência aristotélica, em que se analisa a cognição em termos causais, sob a cláusula de que o conhecimento evidente é um assentimento dado a uma proposição verdadeira.

Ockham radicalizará essa visão causalista do conhecimento e da ciência, descrevendo o processo cognitivo como um todo em termos causais. A origem do conhecimento simples, sensível e intelectual é causal, assim como a relação entre termos e proposições, a passagem dos princípios às conclusões e, *last but not least*, o nexos entre a proposição e as atitudes proposicionais no espírito (crença, dúvida, evidência etc.)³¹

O objetivo aqui é esboçar um relato básico dos elementos constituintes do conhecimento perceptual, a saber, do ato do intelecto na medida que se *relaciona* com o mundo exterior. Para isso algumas noções preliminares são necessárias, principalmente para marcar as diferenças terminológicas em relação a Thomas Reid. Na teoria geral do conhecimento de Ockham, todos atos cognitivos são próprios da alma. A alma, em sua parte racional, é capaz de atos de cognição (intelecto) e atos de decisão (vontade). Todos os atos da alma são identificados com entidades individuais próprias da alma que se chamam de qualidades e que são atos de curta duração. Outras qualidades de maior duração são as disposições chamadas de hábitos, causados por um ato “que permanece na mente, aguardando a oportunidade para causar um ato similar ao primeiro. Por causa de tal disposição, a alma pode repetir os pensamentos que anteriormente possuía”³². No *Prólogo da Exposição dos Livros da Física*³³ sustenta que a potência cognitiva opera de modo a se aperfeiçoar - “quer entender [*vult intellegere*] o que não entendia antes”-, e faz com que as operações mentais [*cogitationes*] de curta duração como qualidades, pela sua constância e inclinação para um determinado tipo de operação mental, se tornem hábitos.³⁴

No *Prólogo da Ordinatio I*, q. 1³⁵, Ockham relata os tipos de atos do intelecto (nesta vida, a saber, do intelecto humano). Um tipo é ato de apreensão de “tudo o que é termo de uma potência intelectual”, seja complexo ou incomplexo. O escopo desse ato é o que cabe sob uma potência intelectual, a saber, que tal termo pode supor por coisas singulares, ou um conceito geral, uma

³⁰ Cf. E. Perini-Santos, *La théorie ockhamienne de la connaissance évidente*, Sic et Non edn. Paris: Vrin, 2006, p. 219.

³¹ cf. In. *Resenha de E Perini-Santos, La théorie ockhamienne de la connaissance évidente*, Sic et Non edn Paris: Vrin, 2006, p. 219.

³² Cf. Elizabeth Karger, Ockham’s Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham* Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 206.

³³ “(...)depois de muito pensamento uma pessoa se acha com uma maior habilidade e inclinação para idéias parecidas do que se acha antes.” Cf. William of Ockham, *Noção de Conhecimento*. *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 110.

³⁴ Cf. OPh. IV. *Prólogo*. p. 5: “(...)potentia quae habet quod prius non habuit, est magis habilis ad actum quam prius; sed manifeste experimur quod post multas cogitationes est aliquis habilior et pronior ad consimiles cogitationes nunc quam prius; ergo aliquid habet nunc quod prius non habuit. Sed illud non potest poni nisi habitus, ergo habitus est subiective in anima.”

³⁵ Cf. “(...) o intelecto, até nesta vida, pode ter a respeito do mesmo objeto e sob o mesmo aspecto dois conhecimentos incomplexos especificamente distintos, sendo um intuitivo e outro abstrativo” cf. William of Ockham, *Problemas Epistemológicos*, in *Seleção de Textos*, o.c., p. 116.

qualidade, uma proposição, entre outros. “O ato de apreensão de uma sentença mental é o ato de apreensão de seus componente juntos de modo a formar uma sentença”³⁶. A característica do ato de apreensão é que ele *toma algo por termo* como um composto de uma proposição. Outro tipo é o ato de assentimento ou de julgamento, que busca o assentimento da sentença mental. A especificidade do ato judicativo é que “(...) o intelecto não apenas apreende o objeto, mas também assente ou dele dissente”³⁷. O ato judicativo para ‘assentir ou dissentir’ supõe a apreensão do termo. Portanto, a operação é distinta e somente se aplica ao conhecimento de complexos dado que qualquer ato judicativo implica em tratar da adequação de, pelo menos, dois termos em uma proposição e não simplesmente de um incompleto. E, além disso, não se pode assentir ou dissentir acerca de um incompleto, pois o ato de apreensão não pode assentir ou dissentir acerca do termo. Somente se pode julgar algo verdadeiro ou falso acerca de complexos. Por consequência, o intelecto pode apreender algo sem que haja uma asserção verdadeira ou falsa, conforme for o caso.

Ora, se atos mentais são qualidades, e estas são inclinadas a determinadas operações como hábitos, então, os atos apreensivos e judicativos são hábitos. Não se pode, pelo hábito, ajuizar algo que não tenha sido apreendido pelo intelecto. Pois o intelecto não estaria inclinado a nada e, portanto, não teria condições de asserir ou dissentir acerca de algo. Assim, qualquer ato judicativo depende de um ato de apreensão que oferece os termos para os quais o intelecto volta a sua atenção.

O₁) se S tem um ato mental de apreensão ou ajuizamento, então S tem um hábito.

Esse hábito apreensivo é muito próximo à concepção em Reid. Todo ato judicativo inclui um ato de apreensão.³⁸ O ato de apreensão é aplicado sempre a coisas singulares. Mas isso tem de ser esclarecido. Na terceira conclusão preambular diz: “nenhum ato da parte sensitiva é causa imediata e próxima, seja parcial, seja total, de algum ato judicativo do próprio intelecto”³⁹. Aqui há um aspecto importante de separação *causal* entre o ato da parte sensitiva e da parte intelectiva. Essa separação implica em uma *não dependência* necessária *causal* dos atos do intelecto, a saber, o ato judicativo, de

³⁶ Mais sobre esse tema cf no primeiro parágrafo de Elizabeth Karger, Ockham’s Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham* Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 206.

³⁷ Cf. William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 116.

³⁸ Em Ockham, (i) “ (...) o ato judicativo a respeito de algum termo complexo pressupõe o ato apreensivo acerca do mesmo” (1989, p. 116). Todo a intelecção como ta pressupõe primeiro o conhecimento das coisas singulas.Cf. *Oth. I, Prol. q.1. p. 21*. Essa posição é sustentada pela autoridade de Averróis em seu comentário ao *De Anima*. Além disso, (ii) “todo ato judicativo pressupõe na mesma potência o conhecimento incompleto dos termos” (Ockham, 1989, p. 116). Isso é claro, pois se o ato judicativo pressupõe o ato apreensivo, deverá pressupor para qualquer conhecimento de complexos o conhecimento de incompleto. “Na mesma potência”, significa o ato judicativo depende tanto quanto o ato apreensivo do conhecimento de incompleto, porque do contrário não haveria conhecimento algum de complexos.

³⁹ Cf. William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 117.

outros atos distintos dele. Embora o conhecimento dependa de atos de apreensão sensível, os atos judicativos são atos fundamentalmente mentais, que não exigem outros dados. Do contrário, num silogismo, a passagem (lógica) das premissas, que obviamente podem ser apreendidas, para a conclusão, necessitaria de um aporte na apreensão. O que tornaria impossível qualquer dedução e, portanto, tornaria todos os atos do intelecto dependentes, por causa próxima e imediata, do que teria sido apreendido. Então, há dois atos bastante distintos, sem dupla implicação, em sua atividade.

O₂) Não é o caso que, se há um ato sensitivo, então, há, como efeito imediato, o ato judicativo.

Ora, o ato judicativo produz um juízo. O juízo é uma sentença ou proposição formada por “termo”.⁴⁰ Um termo é objeto de apreensão, portanto, pode ser conhecido por si, isolado da proposição (ou sentença), ou na própria proposição. Os termos (i) proporcionam o conhecimento da proposição, ou (inclusivamente) (ii) de si mesmos.⁴¹ Daí, há dois modos de conhecer os termos. Um modo tem relação direta com a apreensão que o intelecto tem do termo que refere a coisa singular, e de outro depende do ato judicativo do intelecto, ou seja, “por causa do conhecimento evidente daquela proposição (...) todo conhecimento complexo dos termos ou das coisas significadas reduz-se em últimas instâncias ao conhecimento dos termos incomplexos”.⁴²

Agora a pergunta é que tipo de conhecimento se tem desses termos? A resposta desdobra o conhecimento em dois tipos: a *cognitio intuitiva* e *abstractiva*.⁴³ O conhecimento abstrativo: acepção (a) o conhecimento do universal por abstração de muitos singulares - abstrair significa notar a

⁴⁰ Um termo, conforme a lógica aristotélica, consiste no elemento significativo que compõe uma proposição, podendo assumir a função de sujeito ou de predicado, conforme o *De Interpretatione* de Aristoteles.

⁴¹ Segunda prova (P2): “Todo inteligível, só apreensível pelo intelecto e de forma alguma sensível, desde que (i) algum conhecimento incomplexo dele baste para o conhecimento evidente de alguma verdade contingente a seu respeito, e outro (ii) conhecimento incomplexo não baste, pode ser conhecido pelo intelecto através de dois conhecimentos especificamente distintos” cf. William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento (São Paulo: Nova Cultural, 1989), p. 117.

⁴² Cf. William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento (São Paulo: Nova Cultural, 1989), p. 119.

⁴³ Karger (1999) apresenta duas definições para conhecimento intuitivo e abstrativo, que possuem diferenças quanto ao tipo de asserção, sendo um acerca da verdade, de valor semântico e outro acerca da existência. D1: “Atos cognitivos abstrativo e intuitivos são atos de apreensão de um individual. Mas os atos intuitivos de cognição são por natureza capazes de causar atos de assentimento evidente para o presente de verdades contingentes acerca do individual apreendido, enquanto que o ato abstrativo de cognição por natureza não possui tal capacidade” (p. 210). Outra definição: D2: “atos de cognição intuitivos e abstrativos são atos de apreensão de um individual. Mas, onde o individual é uma coisa contingentemente existente, um ato intuitivo de cognição é por natureza capaz de causar o intelecto para julgar evidentemente que a coisa existe se for o caso, ou se ela não existe se não for o caso, enquanto que um ato de cognição abstrativo por natureza não possui essa capacidade.” Cf. Elizabeth Karger, Ockham’s Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 211.

“qualidade existente subjetivamente na alma”⁴⁴, daí se chega a um universal. Agora, na acepção (b) – “significa o que abstrai da existência e da não-existência, bem como das outras condições que acontecem contingentemente às coisas ou delas são predicadas”⁴⁵. É um tipo de conhecimento das coisas sem considerar as suas notas contingentes ou mesmo de sua existência. Ora é um tipo de conhecimento da coisas singulares que não possui nenhum grau de dependência em sua constituição de tudo o que for contingente à coisa, inclui-se aí a própria existência. Portanto, o conhecimento abstrativo não oferece *evidência* da existência da coisa contingente.

O₃) Se b é uma coisa contingente, então não é possível um conhecimento abstrativo_b evidente de b.

Um “conhecimento intuitivo de uma coisa é um conhecimento em virtude do qual se pode saber se é ou não é, de modo que, se é, imediatamente o intelecto julga que ela é, conhecendo como evidência que ela existe”⁴⁶. Aparecem nesta descrição ao menos três elementos: primeiro é o conhecimento de se a coisa existe ou não, portanto, é um conhecimento de coisas contingentes. Daí, todo o conhecimento intuitivo como tal é contingente. Segundo, o intelecto julga imediatamente a existência acerca da coisa, assere ou não da existência da coisa contingente. Terceiro, conhece com evidência que ele existe, a saber, com alto grau de certeza. Acrescenta-se que “todo conhecimento incompleto de um termo ou de termos, de uma coisa ou de coisas, em virtude do qual se pode conhecer evidentemente alguma verdade contingente, sobretudo de fatos presentes, é um conhecimento intuitivo”.⁴⁷ Portanto, por *cognitio intuitiva* se conhece algo contingente como existente e presente com evidência.

O₄) Se b é uma coisa contingente e S intui b no tempo₁ e no espaço_B, então S ajuíza que b, como tal, existe em no tempo₁ e no espaço_B por *cognitio intuitiva*.

⁴⁴ William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 118.

⁴⁵ Cf. William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p.118.

⁴⁶ Segue a citação: “(...) , a menos que, por acaso, seja impedido pela imperfeição desse conhecimento. E da mesma maneira, se pelo poder divino fosse conservado o conhecimento perfeito de uma coisa não existente, saberia evidentemente, em virtude desse conhecimento incompleto, que tal coisa não existe” (William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 118.

⁴⁷ Cf. William of Ockham, Noção de Conhecimento, in *Seleção de Textos*, ed. by Consultor: Carlos Lopes de Mattos, trans. by Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 117.

Por exemplo, ao ver uma árvore enquanto volto minha atenção a ela com meus olhos: o intelecto a apreende por intuição. Mas, lembrar (ter em mente) da mesma árvore quando estou distante dela e sem a presença dela: o intelecto a apreende por abstração.⁴⁸ A apreensão por abstração é realizada pela disposição ou hábito de pensar na árvore e este hábito é causado, primeiramente, pela apreensão intuitiva mediante o sentido de visão. Tais tipos de atos do intelecto não são iguais, pois não ocorrem ao mesmo tempo, mas por que “eles não são capazes de causar os mesmos efeitos”.⁴⁹ Os atos de intelecção que somente a intuição cognitiva é capaz de causar é o que Ockham chama de assentimentos de evidência.⁵⁰

Há dos tipos de assentimentos de evidência, um necessariamente verdadeiro e outro contingentemente verdadeiro.⁵¹ Karger utiliza um exemplo para esclarecer esses dois atos: (1) “*Penso hoje num carvalho que vi ontem*”. Ao pensar hoje recorro a um sujeito auto-referencial do que o conceito planta é um termo predicado. “*O carvalho pode ser uma planta*”. Isso equivale a dizer que a sentença mental: se a árvore (carvalho) existe, ela é uma planta, e é necessariamente verdadeira. Nesse caso, causei um assentimento pelo mero ato de apreender os termos, os quais são o 'carvalho' e o conceito 'planta', sem recorrer a outros instrumentos mentais. Contudo, o assentimento depende das apreensões pelo intelecto, as quais têm de se dar ou mediante um conhecimento intuitivo (enquanto o

⁴⁸ Exemplo extraído de Elizabeth Karger, Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham* Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 207.

⁴⁹ Cf. Elizabeth Karger, Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), pp. 208.

⁵⁰ Um assentimento de evidência tem as seguintes prerrogativas, segundo: (1) A sentença mental asserida deve ser verdadeira. (2) Dado o ato cognitivo que possui (atos de apreensão e possivelmente atos de evidência asserem a outras sentenças mentais), o intelecto não deve escolher, mas tem de asserir tal sentença. (3) Algum outro intelecto, se possuir um equivalente ato cognitivo, também não deve ter escolha ao assentir. As três prerrogativas não são independentes, pois a primeira somente é cumprida se as outras o são. Pois, se o assentimento depender da escolha não há condições de ajuizar a verdade de uma sentença, mesmo mental, porque ela dependerá de uma vontade e não do ato cognitivo do intelecto. A segunda não é auto-suficiente, porque há asserções que dependem de um ato de vontade, como é o caso de uma asserção sobre um artigo de fé que o crente faz. O intelecto não pode fazer com que outros intelectos tenham o mesmo ato de vontade, a não ser que seja cumprida a primeira prerrogativa. Contudo, eis um paradoxo?, a primeira prerrogativa fecha todas as possibilidades de uso da vontade, pois a sentença mental é verdadeira por evidência. A terceira prerrogativa também não é auto-suficiente porque pode ter um caso em que o intelecto seja impressionado e levado a asserir algo por um argumento, embora ele não escolha asserir, enquanto outros intelectos mais audazes logicamente, podem mesmo não ser impressionados, como até pode dissentir ou mesmo permanecer em dúvida. Assim, depende tanto da primeira quanto da segunda, para que a asserção não dependa de um ato volitivo, mas sim, depende da sentença mental que deve ser verdadeira. Cf. Elizabeth Karger, Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham* Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 208ss.

⁵¹ Os atos de assentimento evidente reduzem-se, principalmente, em duas categorias: (i) causam a conclusão a partir de assentimentos evidentes em uma inferência válida; (ii) não são causados por uma inferência válida evidentemente, mas em vez disso, são causados pela apreensão de termos de muitas sentenças asseridas. A categoria de atos de assentimento imediatamente evidentes (AAIE) (ii) são chamados *atos imediatamente evidentemente*. E se subdividem em: (iia) asserções sobre a sentença mental, em que todos os seus termos são conceitos gerais; (iib) outros são os atos de assentimento para uma sentença mental, em que algum dos termos dela é um indivíduo, ou ambos os termos de tal sentença são indivíduos. Ainda os AAIE do segundo modo se dividem em: há casos em que a sentença afirma de modo necessariamente verdadeiro, e outros, afirma algo verdadeiro acerca do presente e de modo contingentemente verdadeiro. Elizabeth Karger, Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham* Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 208.

carvalho é visto), ou abstrativo (lembrar do carvalho enquanto distante dele).⁵² (2) “*O carvalho tem folhas douradas*”: Se tenho um conhecimento intuitivo posso asserir *com certeza* que é verdadeira essa sentença porque o objeto presente causa no intelecto a impressão de que o carvalho possui folhas. Assim, no momento presente posso asserir com certeza, embora acerca de algo contingente, pois tenho a *intuição* de que há um carvalho e que está com as folhas douradas. A evidência da *notitia intuitiva* proporciona o mais elevado grau de certeza.

Conclusão Preliminar II

Dado que:

- O*₁) se *S* tem um ato mental de apreensão ou ajuizamento, então *S* tem um hábito,
- O*₂) Não é o caso que, se há um ato sensitivo, então, há, como efeito imediato, o ato judicativo;
- O*₃) Se *b* é uma coisa contingente, então não é possível um conhecimento abstrativo_b evidente de *b*;
- O*₄) Se *b* é uma coisa contingente e *S* intui *b* no tempo₁ e no espaço_b, então *S* ajuíza que *b*, como tal, existe em no tempo₁ e no espaço_b, por *cognitio intuitiva*;

então, a percepção de algo exterior à mente, em Ockham, é evidente e está acompanhada de alto grau de certeza da existência da coisa como tal. As condições elementares da percepção dependem de possuir uma mente capaz de um hábito de apreensão do objeto presente em um ato imediato.

Aproximações conceituas entre Ockham e Reid

Algumas aproximações entre os elementos descritivos de Ockham e Reid.

1. *O*₁ é conforme ao antecedente de *TR*₁: o hábito e a qualidade em Ockham são próximos aos conteúdos captados (qualidades) dos objetos percebidos em Reid na concepção. Uma completa análise desse aspecto parece que deve distinguir os hábitos de primeira e de segunda intenção em Ockham e o que assumir a função de propriedades primárias e secundárias, e demais qualidades em Reid. Fica indicado que ambos compartilham de um dualismo substancial, e tanto *TR*₁ e *O*₁ mostram esse aspecto na medida em que o registro da atividade cognitiva é um ato de apreensão de algo distinto de si. Agrega-se aqui *O*₂ para esclarecer que se trata da relação de uma relação não necessária entre um ato sensitivo e o juízo. Daí fica indicada a tese da não superveniência dos corpos à mente como compartilhada *mutatis mutandis* por ambos autores.

2. *TR*₂ e *TR*₃ aproximam-se aos *O*₃ e *O*₄: Em conjunto esses elementos carregam as noções fundamentais com as quais se pode defender um tipo de realismo direto em Ockham e Reid no registro

⁵² Cf. Elizabeth Karger, Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition, in *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 209.

do que Ockham chama de *Cognitio Intuitiva*. As noções centrais compartilhadas são as de imediaticidade e de presencialidade. Quanto à imediaticidade parece clara a posição de Buras⁵³ que defende a tese do *não intermediário* que pode ser aplicada a ambos. A presencialidade é a característica afirmada tanto por Reid quanto por Ockham de que um objeto na condição específica (no tempo_l e na posição_β) está presente às potências cognitivas de tal modo que é impossível que o intelecto não afirme a sua existência aqui e agora. Os dois negam a necessidade de terceiros elementos para que se possa conhecer algo de verdadeiro acerca das coisas. Portanto, negam a necessidade de afirmar representações, ideias, ou outros intermediários causais necessário e suficientes entre os corpos e a mente. É claro que não se nega a importância das representações em outras fontes, como a memória e o testemunho ou no que Ockham considera ser a *cognitio abstractiva*. Enfim, mesmo que sem resultados absolutamente definitivos, pode-se perceber a proximidade terminológica e de conteúdo entre conceitos e usos nas teorias da *cognitio intuitiva* de Ockham e a percepção direta em Reid e à possibilidade de um conhecimento sem representações.

Referências

- AQUINO, T. Corpus Thomisticum. **Subsidia studii ab Enrique Alarcón collecta et edita Pompaelone ad Universitatis Studiorum Navarrensis aedes ab A.D. MM.**, 01 jan 2006. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/>>. Acesso em: 10 Out. 2012.
- BURAS, T. Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions. **Philosophy and Phenomenological Research**, 76, n. 3, May 2008. 603-632.
- COPENHAVER, R. Reid on Consciousness: Hop, Hot or for? **The Philosophical Quarterly.**, 57, n. 229, October 2007. 613-634.
- COPENHAVER, R. Thomas Reid on Acquired Perception. **Pacific Philosophical Quarterly September 2010**, 91, n. 3, Set. 2010. 285-312.
- DANIELS, N. **Thomas Reid's 'inquiry': the geometry of visibles and the case for realism** : with a new afterword. Stanford (CA): Stanford University, 1989. 160 p.
- DE BARY, P. **Thomas Reid and scepticism**. London: Routledge, c2002. 203 p.
- FRASER, A. C. **Thomas Reid**. Edinburgh: Elibron Classics, 2005. 160 p.
- GALLIE, R. D. **Thomas Reid and 'the way of ideas'**. Dordrecht : Kluwer Academic, 1989. 287 p.
- KARGER, E. Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition. In: SPADE, P. **The Cambridge Companion to Ockham**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 204-226.
- LEDWIG, M. **Reid's philosophy of psychology**. Lanham: Univ. Press of America, c2005. 193 p.
- MÜLLER, F. D. M. Conhecimento Testemunhal - a visão não reducionista. **Veritas**, Porto Alegre, 55, n. 2, mai/ago 2010. 126-143.
- NICHOLS, R. **Thomas Reid's theory of perception**. Oxford: Clarendon Press, 2008.
- OCKHAM, W. O. Noção de Conhecimento. In: SCOT, J. D.; DE, O. W. O. **Seleção de Textos**. Tradução de Raimundo Vier (Scot) e Carlos Lopes de Mattos (Ockham) Carlos Arthur do Nascimento. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 174. col. Os Pensadores.
- PASNAU, R. **Theories of cognition in the later Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PERINI-SANTOS, E. **La théorie ockhamienne de la connaissance évidente**. Sic et Non. ed. Paris: Vrin, 2006. 219 p.
- PICH, R. H. Thomas Reid sobre a concepção: percepção e relação mente-mundo exterior. **Veritas**, Porto Alegre, 55, n. 2, ago mai a2010. 144-175.
- PICH, R. H. Thomas reid, o método de filosofar e a rejeição do ceticismo. **Dissertatio**, Pelotas, v. 32, n. 1, p. 243-275, verão b2010. ISSN 1983-8891. Acessível em <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/32/13.pdf>.

⁵³ Cf. Todd Buras, Three Grades of Immediate Perception: Thomas Reid's Distinctions, *Philosophy and Phenomenological Research*, May 2008, pp. 603-32.

PITSON, A. E. Book Review of THOMAS REID. *Essays on the Intellectual Powers of Man*. Edited by Derek Brookes. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2002. Pp. xiv + 651. ISBN 0-271-02236-1, cloth, \$95.00. **Hume Studies**, v. 29, n. 2, p. 375-377, November 2003. ISSN 0319-7336.

REID, T. **Thomas Reid's**: inquiry and essays. Indianapolis: Hackett, 1983.

REID, T. **Essays on the Intellectual Powers of Man**: A Critical Edition. The Edinburgh edition of Thomas Reid. ed. Pennsylvania: The Pennsylvania State university Press, 2002. 651 p.

SPADE, P. V. **The Cambridge Companion to Ockham**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WOLTERSTORFF, N. **Thomas Reid and the story of epistemology**. Cambridge (UK): Cambridge Uni. , c2001. 265 p.

YAFFE, G. Thomas Reid on Consciousness and Attention. **Canadian Journal of Philosophy**, 39, n. 2, Jun. 2009. 165-194.